

INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: SICREDI OURO VERDE (0810) AGÊNCIA PROMOTORA – MT

Alessandra de Souza Silva¹
Elton Castro Rodrigues dos Santos²

Resumo:

A abordagem sobre inclusão de pessoas com deficiência é uma discussão importante no cenário atual onde as desigualdades foram evidenciadas. A união da temática de inclusão de pessoas com deficiência e o cooperativismo foram conectadas à motivação pessoal do estudo e da prática de inclusão. Desta forma o objetivo deste trabalho é relacionar quais são as ações que a Sicredi Ouro Verde – Agência Promotora, desenvolve para favorecer a inclusão de pessoas com deficiência nas atividades da agência. O método utilizado foi Pesquisa bibliográfica, pesquisa qualitativa de caráter exploratório, com orientação analítico-descritiva, mediante entrevistas semiestruturadas com questões em aberto e observação. O sujeito da pesquisa foi a cooperativa Sicredi Ouro Verde – Agência da Promotora. Os dados demonstram que os entrevistados consideraram o relevante trabalho no processo de inclusão de pessoas com deficiência no ambiente da cooperativa bem como o papel social desempenhado no apoio de projetos e ações sociais e no exercício dos princípios cooperativistas. Conclui-se que as medidas sugeridas para identificar e projetar ações significativas relaciona o apoio do Serviço de Aprendizagem do Cooperativismo e da faculdade I.Coop, para mapear e propor ações de inclusão a pessoa com deficiência dentro das cooperativas de Mato Grosso.

Palavras-chave: Cooperativismo; Inclusão Social; Pessoa com Deficiência.

1. INTRODUÇÃO

O número de pessoas com deficiência em todo o território nacional tem um crescente, com esse crescimento surgem também inúmeras preocupações sociais e oportunidades para o desenvolvimento de projetos com Pessoas com Deficiência (PCD).

Os processos de investigação e tratativas de pessoa com deficiência em nosso país são relativamente recentes, segundo fontes do Ministério da Saúde, as primeiras investigações que quantificavam pessoa com deficiência foram realizadas nos anos de: 1872, 1890, 1900, 1920 e 1940 e somente em 1989 foi promulgada uma lei para que o

¹ Graduada no curso superior tecnológico em Recursos Humanos pelo Instituto Cuiabá de Ensino e Cultura ICEC. e-mail: elton.castro@icoop.edu.br

² Graduanda no Curso superior Tecnológico em Gestão de Cooperativa pelo Instituto do Cooperativismo I.COOP – e-mail, alessandra.souza@icoop.edu.br

censo demográfico incluísse questões sobre a deficiência e, portanto, a partir de 1991 começou-se a obter números reais dos deficientes em nosso país e assim realizar políticas públicas que atendam essa parcela significativa da população.

De acordo com o Censo Demográfico de 2020 e o mapeamento de pessoa com deficiência no Brasil, contamos com mais de 45 milhões de pessoas com deficiência, isso implica em aproximadamente 24% da população do país. São números que chamam a atenção, contudo, mais do que analisar a quantidade de pessoa com deficiência é necessário identificar quais ações têm sido realizadas para contribuir com a inserção destas pessoas nos diversos ambientes da sociedade e da vida cotidiana.

Compreender a especificação de pessoa com deficiência e qual sua percentagem na sociedade é necessária para seguirmos a linha de raciocínio do que é incluir estas pessoas. Incluir a pessoa com deficiência, é inseri-la às funções disponíveis pela sociedade em geral em todos os ambientes para que não haja prejuízos no exercício de suas funções.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, publicado em 2015, declara em seu Art. 2º:

“Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. (p.20)

A inclusão nos direciona a vários aspectos e me detenho ao de colaborar com o outro, cooperar e ao cooperativismo. O cooperativismo possui essência inclusiva, trazer para dentro, envolver grupos em torno de objetivos comuns, dar visibilidade por meio da união.

A natureza inclusiva do modelo de negócio cooperativo transpassa as questões internas do negócio como: gestão democrática, participação econômica dos negócios, autonomia e independência ou ainda a educação, formação e informação, mas é possível identificá-la também quando mencionamos o *interesse pela comunidade – 7º princípio*, momento em que o negócio olha para além dos objetivos econômicos e almeja contribuir para aqueles que estão aos arredores do negócio e possam usufruir de benefícios e direitos que deveriam ser de todos.

Desta maneira, unindo a temática da inclusão de pessoas com deficiência e o cooperativismo e, conectando minha motivação pessoal, que sucede de algumas limitações físicas, não configuradas como deficiência, mas, que me limitam em certas

atividades como: subir escadas, rampas íngremes e me fizeram refletir sobre as reais dificuldades daqueles que possuem deficiências e são impedidos do exercício de atividades. Aliado a isso, há também o meu interesse pelo cooperativismo, pois trabalho na Organização das Cooperativas há 11 anos e sou associada a uma cooperativa de crédito e também por ser uma estudiosa dessa área escolhi trabalhar a inclusão social dentro do cooperativismo bem como quais são as políticas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência, notadamente na cooperativa em que sou associada Sicredi Ouro Verde (0810), agência Promotora, localizada na Avenida Desembargador Milton Figueiredo F Mendes S/N, Setor D.

Conseqüentemente o objetivo deste trabalho é relacionar quais são as ações que a Sicredi Ouro Verde – Agência Promotora, desenvolve para favorecer a inclusão de pessoas com deficiência nas atividades da agência.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

Este trabalho teve como planejamento de pesquisa as etapas de: pesquisa bibliográfica e pesquisa qualitativa por meio de entrevista / questionário aberto (formulário Google) com um representante da cooperativa pesquisada.

No campo bibliográfico, Marconi e Lakatos (2010) abordam que há fases distintas que transitam nos passos de: escolha do tema, elaboração de um plano de trabalho, identificação, localização, compilação, fichamento, análise e interpretação e redação. A pesquisa bibliográfica possibilita a estruturação para o desenvolvimento da pesquisa, com a função de investigar e conhecer as literaturas já existentes sobre o assunto, servindo assim de fundamento para o tema escolhido. Ademais, propicia a construção do artigo como um todo – desde a introdução à conclusão.

Concomitante à pesquisa bibliográfica, o trabalho seguiu com a pesquisa qualitativa, por meio de questionário aberto, como já mencionado.

A pesquisa qualitativa segundo Minayo (1994, p.21-22):

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis

Nesse sentido, percebe-se que a pesquisa qualitativa deste trabalho envolveu a coleta de dados com a entrevista (questionário aberto).

2.1 UNIVERSO DA PESQUISA – SICREDI OUROVERDE (AGENCIA DA PROMOTORIA)

A Sicredi Ouro Verde de Mato Grosso, que completou 30 anos de fundação em 2020, integra cerca de 55 mil associados distribuídos em 15 municípios de Mato Grosso. Esta Cooperativa é resultado da união de sete cooperativas mato-grossenses, a saber: - a Credilucas, a Credimutum, a Riocredi, a Sicredi Ministério Público, a Sicredi Engenharias, a Sicredi Comércio e a Cooperjus.

Em fevereiro de 1990, a semente do cooperativismo de crédito foi plantada nos municípios de Lucas do Rio Verde e de Nova Mutum, com a criação de duas cooperativas – Credilucas e Credimutum - por produtores rurais que buscavam alternativas para a crise econômica vivenciada na época. Três anos depois, em São José do Rio Claro, nascia a Riocredi, cooperativa de crédito rural também criada para fomentar e desenvolver as atividades da região em um cenário de dificuldades econômicas.

Em 2006, a Riocredi, que já utilizava o nome Sicredi Ouro Verde, e a então Sicredi Verde (antiga Credilucas), tomaram a decisão histórica de se unir, passando a abranger os municípios de Lucas do Rio Verde (sede), Tapurah, Itanhangá, Ipiranga do Norte, São José do Rio Claro, Diamantino, Nova Maringá e Alto Paraguai.

Nos dois anos seguintes, Sicredi Ouro Verde e a Sicredi Mutum (antiga Credimutum) conseguiram autorização do Banco Central para tornarem-se cooperativas de livre admissão de associados, ganhando força e crescendo como instituições financeiras de confiança das comunidades. Em 2010, já utilizando o nome de Sicredi Centro Norte e abrangendo os municípios de Nova Mutum, Santa Rita do Trivelato, Nobres e Rosário Oeste, a antiga Sicredi Mutum se uniu à Sicredi Empreendedores, cooperativa de micro e pequenos empresários e microempreendedores sediada em Cuiabá, que já era resultado da fusão da Sicredi Engenharias com a Sicredi Comércio.

No ano seguinte, a Sicredi Centro Norte passou por uma nova fusão, desta vez com a Sicredi Ministério Público, cooperativa de crédito criada em 2001 inicialmente para atender aos promotores de justiça membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

E, finalmente, em abril de 2013, as duas cooperativas Sicredi Centro Norte e Sicredi Ouro Verde decidiram pela fusão, criando a maior cooperativa do Sistema Sicredi e uma das cinco maiores cooperativas de crédito do país. A decisão, considerada inimaginável alguns anos antes, fortaleceu as condições competitivas da Sicredi Ouro

Verde MT, abrindo novas perspectivas no mercado por meio de um ganho de escala econômico. (Fonte: <https://www.sicredi.com.br/html/ouro-verde/sobre/historico/>)

Em 2014, uma sétima cooperativa se integrou à história da Ouro Verde MT, com a incorporação da Cooperjus, Cooperativa dos Servidores do Poder Judiciário Federal e do Ministério Público da União.

A referida pesquisa limita-se exclusivamente à Sicredi Ouro Verde (0810), agência Promotora, localizada na Avenida Desembargador Milton Figueiredo F Mendes S/N, Setor D.

2.2 SICREDI OURO VERDE E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Segundo relatórios disponíveis no site oficial da Sicredi Ouro Verde, é possível constatar seu apoio a projetos que beneficiam inúmeras entidades sociais com as mais diversas causas, algumas que, no âmbito desta pesquisa, merecem destaque são:

Item	Nome
01	Instituto dos Cegos de Cuiabá
02	Instituto dos Cegos do Estado de Mato Grosso - ICEMAT
03	Rotary Club de Lucas do Rio Verde

O apoio a estas e aos inúmeros outros projetos ressaltam o compromisso da Sicredi Ouro Verde e também do cooperativismo com causas sociais. Nesse sentido é possível enfatizar o comprometimento da cooperativa no aspecto de responsabilidade social, quando, em uma visão expandida é toda e qualquer ação que possibilita a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste trabalho pautou-se na legislação que define pessoa com deficiência, e em autores que falam sobre o cooperativismo, responsabilidade social e sobre a inclusão social dentro das organizações.

Pessoas com Deficiência

O conceito de pessoa com deficiência na atual Constituição Federal de 1988,

conforme o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da

Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências.

De acordo com o Artigo 4º do Decreto nº 3.298, a definição de pessoa com deficiência é:

Art. 4º - É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

I – deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (DB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60 o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- (a) comunicação;
- (b) cuidado pessoal;
- (c) habilidades sociais;
- (d) utilização dos recursos da comunidade.
- (e) saúde e segurança;
- (f) habilidades acadêmicas;
- (g) lazer; e
- (h) trabalho;

V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

Conforme mencionado, segmenta-se a deficiência em: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental e deficiência múltipla, quando o indivíduo tem mais de uma deficiência. Essas deficiências tanto podem ser congênitas – desde o nascimento, quanto adquiridas ao longo da vida.

Cooperativismo – Responsabilidade Social e Inclusão de Pessoas com Deficiência

Abordar o cooperativismo, envolve inserir nesta análise pontos relevantes e

relacionados como: seus princípios, educação, responsabilidade social e dentro deste trabalho introduzir também a inclusão de pessoa com deficiência.

Quando se pensa em cooperativismo para grande parte daqueles que possuem uma noção básica do assunto, vem à mente o processo início destemodelo de negócio, a história dos Pioneiros de Rochdele, que destaca o cooperativismo como um movimento alternativo e que opõe a exploração capitalista.

Um dos grandes dramas do processo da Revolução Industrial foi à alienação do trabalhador em relação à sua atividade. Ao contrário do artesão da Antiguidade ou da Idade Média, o operário moderno perdeu o controle do conjunto da produção. Passou a ser responsável por apenas uma parte do ciclo produtivo de uma mercadoria, ignorando os procedimentos técnicos envolvidos. Além disso, recebendo “salário” em troca da atividade mecânica realizada, o operário alienava o fruto de seu trabalho ao capitalista, transformando-o em mercadoria sujeita ao mercado. (VICENTINO, 2001)

O desenvolvimento, que foi fortalecido pela revolução comercial, trouxe inúmeras mudanças de ordem econômica e social, que favoreceu o desaparecimento de modelos e negócios e formas de trabalho e possibilitou alternativas mais sustentáveis, como o cooperativismo.

O cooperativismo, então, é construído com valores e princípios fortes. Todos eles comungam valores como: ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição de seus fundadores, os **cooperativistas** acreditam nos **valores éticos** da honestidade, transparência, responsabilidade social e preservação do ambiente para o desenvolvimento sustentado.

Em uma análise mais profunda sobre a funcionalidade deste modelo de negócio e de seus princípios e valores, conseguimos relacionar a prática cooperativa com a abordagem de responsabilidade social.

Responsabilidade social pode ser definida como compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e sua prestação de contar para com ela. A organização, nesse sentido, assume obrigações de caráter moral, além das estabilidades na lei, mesmo que não diretamente vinculadas as suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável povos. (ASHLEY 2000, p. 6-7)

Responsabilidade social tem um conceito amplo, dinâmico e variado o que dialoga com o cooperativismo, pelas possibilidades de negócio. Incluir pessoas com deficiência dentro das cooperativas seja no quadro de funcionários ou de cooperados é exercitar seus princípios e valores, é exercitar a responsabilidade social.

Schneider, autor relevante para o cooperativismo no Brasil, aborda em suas

publicações a importância da educação dentro do ambiente cooperativo. Ele traz a seguinte reflexão:

Os processos educativos do cooperativismo são os meios pelos quais ocorre a transmissão das idéias, dos valores, dos princípios e das atitudes próprias do cooperativismo. Por isso há estreitos vínculos entre o cooperativismo e a educação. (2003, p.16)

Essa abordagem não é desconexa com os temas, mas, sim necessária, pois, somente por meio do conhecimento é possível contribuir com a mudança da sociedade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As questões norteadoras desse trabalho tiveram como objetivo demonstrar as boas práticas da Sicredi Ouro Verde (Agência Promotora), relacionada à inclusão social de pessoas com deficiência.

Sabe-se que o recrutamento e seleção de pessoas com deficiência não se resume somente às obrigações legais. Pode-se afirmar que é uma oportunidade para que as cooperativas fortaleçam seu quadro de profissionais e contribuam para a construção de um ambiente livre de preconceitos, com pessoas mais humanas e livres.

A inclusão de profissionais PCDs no mercado de trabalho tem como marco no Brasil a Lei nº 8.213, de 1991, a Lei de Cotas. Ela foi regulamentada em 1999, por meio do decreto nº 3.298. Mas, na prática, sua implantação evoluiu de forma lenta, à medida que a própria legislação foi sendo aprimorada, bem como os mecanismos de fiscalização.

As cooperativas têm em seus valores e princípios um ambiente inclusivo, por isso, foi questionado: “A Cooperativa Sicredi possui política de contratação de pessoas com deficiência? Se possível, fale um pouco sobre” A resposta obtida concilia a parte legal com a parte de valores do negócio cooperativo. *“Sim, temos o nosso banco de talentos PCD. Aqui, cada um encontra o seu ponto de conexão com o nosso propósito de fazer juntos. ”*

A noção de uma organização apenas ligada a questões financeiras ficou para trás e deu lugar a ideias bem mais amplas. As cooperativas passam a ter um papel político e social e a se preocupar com sustentabilidade, direitos do trabalhador e do consumidor, qualidade e saúde ligada aos seus produtos, por exemplo. Ou seja: a cooperativa passa a ter uma responsabilidade social, um dever com a coletividade, e trabalhar a inclusão é uma maneira de cumprir esse dever. Integrar as pessoas com deficiência é possibilitar que esse grupo tenha acesso aos direitos que são garantidos pela Constituição.

Outra questão abordada neste questionário, foi a seguinte: “Caso sim, a Agência Promotora, possui em seu quadro de funcionários pessoas com deficiência? Quais cargos ocupam e suas deficiências? ”

Mais do que entender e conhecer a legislação e a importância social da inclusão de pessoas com deficiência, é necessário pôr em prática este conhecimento, ou seja, exercitar esse processo. “*Sim, temos uma colaboradora PCD, que atua como gerente de negócios. Possui deficiência em ambas as mãos.* ” Segundo Sasaki (2006)

As empresas se tornam verdadeiramente inclusivas na medida em que suas motivações não se restrinjam ao cumprimento da Lei de Cotas e, sim, que se fundamentem na crença de que a contratação de pessoas com deficiência e o consequente atendimento às suas necessidades especiais beneficiam a todos, inclusive as próprias empresas, e refletem conceitos altamente valorizados no Século XXI (SASSAKI, 2006).

Pode ser verdadeiro que um dos maiores limitadores nesse processo de inclusão, é a falta de conhecimento e preconceito. No tocante à falta de conhecimento, a sociedade ainda tem preconceito em relação às pessoas com deficiência. Um dos benefícios do trabalho é poder mostrar que uma limitação não é sinônimo de impedimento para a realização das tarefas. Sasaki, proporciona esta reflexão quando afirma: "Os problemas das pessoas com deficiência não estão tanto nelas tanto quanto estão na sociedade" (SASSAKI, 1997).

Os conceitos de tipos de acessibilidade são amplos e nesta temática de recrutamento e seleção de pessoas PCD, podemos citar 03 (três) pontos indispensáveis como: Metodológica: os métodos e as técnicas de trabalho não devem promover diferenciações que excluem nem criam obstáculos à participação de pessoas com deficiência. Isso vale para a ergonomia, treinamentos, plano de carreira e avaliação de desempenho, por exemplo. Instrumental: ligada ao ambiente, entretanto tem mais relação com os instrumentos usados no trabalho. Aqui é preciso pensar em material de escritório, canetas, ferramentas, computadores adaptados, impressora, enfim, os objetos usados nas tarefas cotidianas. Programática: tem relação com as regras e políticas da organização. Essas normas devem ser construídas objetivando a inclusão e aposta no potencial dos colaboradores. É preciso estar atento para não embutir ideias limitantes e obstáculos na construção dessas regras.

4.1 CAPACITAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO PÚBLICO DE PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Nesta abordagem, podemos relacionar a acessibilidade do tipo atitudinal, mas, o que seria isso? São os aspectos ligados principalmente à atitude da equipe frente às pessoas com deficiência. Envolve barrar estigmas, estereótipos e exclusões. Demanda principalmente políticas de conscientização dos profissionais e uma aprendizagem para lidar com a diferença. Fortalecer os laços na equipe, incentivar a cooperação e a visão de todos como talentos buscando crescimento e realização na carreira também é fundamental.

Na atualidade é possível que as grandes partes da população tenham acesso a materiais e treinamentos que os livre da ignorância na tratativa de PCD, como por exemplo na cartilha “Como Atender o Cliente com Deficiência – Projeto Sebrae Mais Acessível” há conceitos e dicas claras do que fazer em cada atendimento e contato com as pessoas com deficiência. É importante que as pessoas tenham acesso a este conhecimento, compreendendo primeiramente o que é deficiência, símbolos básicos e outros.

A cooperativa foi questionada sobre: “Quais são as formações que os funcionários realizam, com a finalidade de capacitá-los no atendimento de pessoas com deficiência?” E obteve-se a seguinte resposta “*Os colaboradores sempre passam pelo período de integração (treinamento).*”. Desde forma, entende-se que não há uma capacitação específica para atendimento de pessoas com deficiência, mas, que, os treinamentos de integração englobam de maneira genérica este preparo.

Um fator importante questionado é se “a cooperativa mensura os atendimentos de pessoas com deficiências mensalmente / anualmente na agência?” E a resposta foi positiva que “*Sim, mensuramos.*” Informações a respeito de como estão sendo elaboradas são extremamente relevantes, pois, subsidiam a gestão para traçar planos e projetos que contemplem seu público atendido na cooperativa.

A infraestrutura é um tema muito importante quando discutimos a inclusão de pessoas com deficiência. Aborda-se a acessibilidade sobre os aspectos: Arquitetônica: rampas, elevadores, indicadores para portadores de deficiências visuais, banheiros adaptados a pessoas com deficiência física, ou seja, o cuidado com obstáculos físicos e do ambiente. Comunicacional: envolve várias medidas, como a escrita em braile, a adaptação de computadores, a presença de intérpretes de libras e o uso de letras maiores em textos para pessoas com baixa visão, por exemplo. Esse tipo de acessibilidade diz respeito ao diálogo interpessoal, comunicação escrita e virtual.

Sabe-se por meio de pesquisas nacionais que apenas 26% das escolas públicas são acessíveis a PCD, há ainda os aspectos visíveis o exemplo de calçadas e ruas não acessíveis aos PCD. Ouso dizer que, sem a infraestrutura básica para a locomoção destas pessoas, como será possível as demais etapas de inclusão, seja escola, trabalho, festividades, enfim, uma infraestrutura adequada é primordial para proporcionar acolhimento as PCD.

Quanto à cooperativa Sicredi, questionou-se “A agência possui estrutura física para atendimento de pessoas com deficiência? Quais são as implementações realizadas para este atendimento?” “ *Todas as agências possuem estrutura física para este fim. Espaços mais amplos, mesas adaptáveis, pisos específicos (ante derrapante), entre outros.* ”

Além desta afirmação, no momento da entrevista (questionário), também foi realizado uma observação na Sicredi Ouro Verde – Agência da Promotora, foi possível identificar elementos que denotam o investimento da cooperativa na inclusão social de seus clientes (cooperados, funcionários, fornecedores e outros). Foi constatado o seguinte: Rampa de acessibilidade – a rampa de acessibilidade tem a função de possibilitar o acesso de pessoas com deficiência de forma eficiente e segura; Portas largas; Elevador; Placas comunicação visual – com aplicação de textos ou figuras no ambiente; Acento do vaso sanitário elevado; Piso tátil.

A responsabilidade social e a inclusão caminham de mãos dadas, e isto é inerente às ações desenvolvidas pelas cooperativas, todo o cooperativismo destina totalmente sua atividade e capital para esse propósito. Sobre este aspecto, na entrevista, questionou-se sobre o seguinte: “Como gestora desta agência, por que considera importante ações de inclusão de pessoas com deficiência, nesta agência e em outros espaços?” O qual obteve-se a seguinte resposta: “*Escolhemos seguir um caminho coletivo para assim influenciá-los e encorajá-los a adentrarem no mercado de trabalho formal, garantindo assim seu próprio espaço. Buscando gerar cada vez mais impacto positivo por onde passamos. Cooperativismo é a nossa missão, desenvolver uma sociedade mais justa, onde todos têm voz.* ”

De acordo com Koslovski (2006, p. 3) afirma que “as ações de responsabilidade social das cooperativas não são esporádicas e nem têm por objetivo o marketing para alcançar maior credibilidade, mas fazem parte do seu DNA”. Foi, então, perguntado se ela conseguia

estabelecer esta conexão – cooperativismo e a inclusão social “Você consegue vincular tais ações desenvolvidas com os princípios do cooperativismo. Se sim,

fale um pouco sobre. *“E a nossa missão é ser reconhecido pela sociedade como instituição financeira cooperativa, comprometida com o desenvolvimento econômico, social e das comunidades resultando em um crescimento sustentável. E um dos nossos valores está incluso: a valorização e desenvolvimento das pessoas”.*

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O preconceito às pessoas com deficiência é algo que precisa ser extinto. A atuação do cooperativismo em ações de responsabilidade social e inclusão destas pessoas, são caminhos para a construção de uma sociedade mais justa.

Investigando de maneira tímida uma única agência do grupo Sicredi, acabamos por descobrir inúmeros exemplos de boas práticas como os projetos sociais apoiados, outras ações do grupo Sicredi como um todo e também da relevância do cooperativismo no caminho de valorização e do desenvolvimento das pessoas.

As pesquisas, a temática escolhida nos aponta para a possibilidade de desenvolver pesquisas e projetos mais amplos.

Uma possibilidade seria uma investigação com as cooperativas do estado de Mato Grosso, inicialmente por ramos definidos até que todas pudessem ser pesquisadas sobre ações como: o cumprimento da legislação de inclusão de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho, infraestrutura, o quantitativo de PCDs como cooperados. Com tais dados, seria possível formular projetos com o apoio do Serviço Nacional de Cooperativismo do Estado de Mato Grosso e do Instituto do Cooperativismo, para sensibilizar as cooperativas sobre o cumprimento da legislação, capacitações específicas para o público que atende os PCDs, projetos diversos que enfatizem a participação destas pessoas nas cooperativas ou até o estímulo que grupos de PCDs possam constituir cooperativas de trabalho com as habilidades que possuem.

O cooperativismo é um grande agente de transformação social e incluir aqueles que estão à margem da sociedade possibilita o cumprimento objetivos estratégicos traçados para 2025 da Organização das Cooperativas Brasileiras, onde sabe-se que há muito trabalho a ser feito “Em 2025, o cooperativismo será reconhecido pela sociedade por sua competitividade, integridade e capacidade de promover a felicidade dos cooperados”. Para atingir tal objetivo é necessário investir em processos educativos de responsabilidade social e de inclusão.

REFERÊNCIAS:

ASHLEY, Patrícia Almeida. Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2000.

BONDUKI, N. Origens da habitação social no Brasil. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

CARDOSO, R. Uma introdução à história do design. 2. ed. rev. e amp. São Paulo; Edgard Blücher, 2004.

DAY, R.A. Como escrever e publicar um artigo científico. 5. ed. São Paulo: Santos Editora, 2001. 275 p.

Estatuto da pessoa com deficiência – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. Disponível em:
<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf>> Acesso em: 21 abril de 2021

FAUSTINO, F.G.; SILVA, G. C.; ALMEIDA, I. E. A. NASCIMENTO JÚNIOR, J. B. Design de interiores em habitações populares: estudo de caso em habitações do Conjunto Mangabeira VII. *In*: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE NORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, 1., 2006, Natal. Anais ... Natal: CEFET-RN. 1 CD-ROM.

HIROTA, E.H. Desenvolvimento de competências para a introdução de inovações gerenciais na construção através da aprendizagem na ação. 2001. 205p. Tese (Doutorado em Engenharia) - Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

KOSLOVSKI, J. P. A cooperação e a responsabilidade social no Paraná. Paraná Cooperativo. Curitiba, PR, Ano 2, n. 17, p. 3-11, jan. 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria método e criatividade. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MORO, M. M. Dicas para escrever artigos científicos. Disponível em:
<<http://www.cs.ucr.edu/~mirella/Dicas.html>> Acesso em: 12 fev 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos - 7ª Edição. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHNEIDER, José Odelso (Org). Educação Cooperativa e suas práticas. Brasília DF: Gráfica da Unisinos. 2003.

SCHNEIDER, José Odelso (Org). Educação e Capacitação Cooperativa Os desafios no seu desempenho. São Leopoldo RS: Editora Unisinos. 2010.

VICENTINO, Cláudio. História Geral e do Brasil: Volume Único. São Paulo: Scipione, 2001. (Série Parâmetros).